

SOBREVIVENDO À BARBÁRIE: A TORTURA VERBALIZADA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS

Paulo Bungart Neto (pauloneto@ufgd.edu.br)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumo: O artigo analisa obras memorialísticas de escritores brasileiros que sobreviveram a torturas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Narrativas como *Tirando o capuz* (1981), de Álvaro Caldas, *Em busca do tesouro* (1982), de Alex Polari, e *Memórias do esquecimento* (1999), de Flávio Tavares, organizam-se em torno da evocação, décadas depois, dos momentos de terror vividos durante as sessões de tortura, nas quais os militantes suportaram choques elétricos, injeções de soro e simulações de fuzilamento, dentre outras práticas, como métodos institucionalizados de repressão utilizados com o intuito de forçar a delação de líderes de grupos armados e organizações clandestinas. O discurso autobiográfico desses “sobreviventes” é analisado a partir do aporte teórico de estudiosos como Michael Pollak (1989), Andreas Huyssen (2000), Iván Izquierdo (2004), Beatriz Sarlo (2007) e Leonor Arfuch (2010), dentre outros.

Palavras-chave: Memórias. Literatura brasileira contemporânea. Tortura. Memorialistas brasileiros.

SURVIVING THE BARBARITY: THE TORTURE VERBALIZED THROUGH MEMORIES

Abstract: The article analyzes memoirs written by Brazilian writers who survived from tortures during the Brazilian military dictatorship (1964-1985). Narratives such as *Tirando o capuz* [*Getting the hood off*, 1981], by Álvaro Caldas, *Em busca do tesouro* [*In search of the treasure*, 1982], by Alex Polari, and *Memórias do esquecimento* [*Memoirs of forgetfulness*, 1999], by Flávio Tavares, are organized around the evocation, after decades, of the horror moments lived during the torture sessions, in which the militants suffered electrical shocks, serum injections and shooting simulations, among other forms of torture used as methods of political repression in order to force the denouncement of armed groups and clandestine organizations leaders. The autobiographical discourse written by those “survivors” is analyzed in the light of theoretical references by researchers, such as Michael Pollak (1989), Andreas Huyssen (2000), Iván Izquierdo (2004), Beatriz Sarlo (2007) and Leonor Arfuch (2010), among others.

Keywords: Memories. Contemporary Brazilian literature. Torture. Brazilian memoirists.

Artigo recebido em 28 jun. 2014 e aceito em 11 jul. de 2014.

Introdução

Que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre a firmeza do discurso e a mobilidade do vivido?

Beatriz Sarlo

A bibliografia acerca das memórias dos perseguidos e exilados pela ditadura militar brasileira (1964-1985) é extensa e ultrapassa certamente uma centena de relatos sobre esse período crucial de nossa história política recente. Além de diversos romances e poemas de sugestiva profundidade, a literatura brasileira contemporânea é pródiga em registrar, através de volumes autobiográficos e memorialísticos, as tensas recordações daqueles que se envolveram direta ou indiretamente com a resistência à ditadura.

Muitos desses resistentes foram perseguidos e exilados sem terem passado pelos horrores da tortura (física ou psicológica), conforme admite, por exemplo, Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro?*, gravemente baleado ao ser capturado (1982, p. 208). Interessa, no entanto, aos objetivos deste artigo destacar as recordações traumáticas daqueles que, envolvidos com partidos de esquerda e/ou grupos armados, foram presos e torturados (sobretudo nas dependências do DOI-CODI¹), casos de Alex Polari, à época pertencente à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização responsável pelo sequestro dos embaixadores alemão Ehrenfreid von Holleben e suíço Giovanni Enrico Bucher; de Álvaro Caldas (membro do Partido Comunista do Brasil, o PCBR); e de Flávio Tavares, jornalista que, no início da década de 1970, esteve vinculado ao Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e ao Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Com o apoio de críticos e teóricos como Pierre Nora (1981), Michael Pollak (1989), Andreas Huyssen (2000), Beatriz Sarlo (2007), Iván Izquierdo (2004) e Leonor Arfuch (2010), procurarei demonstrar de que forma relatos como *Em busca do tesouro* (Alex Polari, 1982), *Tirando o capuz* (Álvaro Caldas, 1981) e *Memórias do esquecimento* (Flávio Tavares, 1999) cumprem, na literatura brasileira contemporânea, uma função semelhante ao relato de sobreviventes de guerra e de holocaustos, a saber: a de expurgar os traumas e feridas físicas e psicológicas através da confissão memorialística, espécie de “acerto

de contas” com o passado que, a muito custo, tentam deixar para trás ao ressignificá-lo como testemunho, paradoxo (vontade de esquecer vs. necessidade de lembrar) muito bem assimilado e assumido por Tavares na Introdução de suas memórias:

Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? Por que trazer de volta aquele sabor metálico do choque elétrico na gengiva, que me ficou na boca meses a fio? Por que lembrar a prisão em Brasília ou no Rio de Janeiro ou nos quartéis de Juiz de Fora? Para que recordar aquelas reuniões clandestinas, intermináveis, em que debatíamos na ansiedade e nos aproximávamos uns aos outros como irmãos que brigam, se irritam e se odeiam na fraternidade do perigo? Para que recordar a pressa urgente das ações armadas, em que a audácia e a rapidez eram nossa única arma imbatível para compensar a improvisação e a inferioridade numérica e tecnológica? Para que pensar na nossa entrega e aventureirismo? Para que lembrar a brutalidade da ditadura – agora velha e carcomida – se, na época, nós mesmos só fomos admitir e comprovar que era brutal, e absolutamente boçal, na dor do choque elétrico nos perfurando o corpo? (TAVARES, 1999, p. 11-12)

Vê-se, através do fragmento acima, o quanto é problemática e tensa a relação entre memória e esquecimento para aqueles que foram torturados durante o regime militar, uma vez que, ao mesmo tempo em que o envolvido deseja tornar público seu drama na intenção de que aquilo não volte a ocorrer (“memória”), por outro lado o trauma é tão intenso que, consciente ou inconscientemente, os acontecimentos vividos são bloqueados de tal forma que apenas dez, quinze ou vinte anos depois (casos de Polari, Caldas e Tavares), são verbalizados através da escritura memorialística (“esquecimento” interrompido pela necessidade de contar a própria história e de, assim, livrar-se de determinados “fantasmas”).

Em *Tempo passado*, Beatriz Sarlo observa que “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado” (2007, p. 45). Veremos, nos itens seguintes, de que maneira esta necessidade de “lembrar” e de escrever uma história de resistência física e psicológica ocorreu, na grande maioria, à custa de pesadelos

recorrentes relacionados aos episódios de tortura, o que comprova que, mesmo após a tortura ter “saído” da vida da vítima, a vítima não consegue “sair” dela, e redigir memórias torna-se uma espécie de recurso paliativo para amenizar (ou ao menos compartilhar) o sofrimento vivido. É exatamente o que ocorre com Alex Polari, como nota o psicanalista Hélio Pellegrino no prefácio intitulado “O tesouro encontrado” (1982, p. 11-23), presente na primeira edição das memórias do ex-guerrilheiro:

Alex Polari, preso e torturado, na sua guerra contra a ditadura militar, conseguiu não falar. Seu livro é a história da agonia que lhe custou a construção deste silêncio, levantado pedra por pedra, segundo por segundo, em sangue, suor e lágrimas. A tortura é, talvez, a máxima situação-limite com a qual se pode defrontar um ser humano. As fronteiras deste espaço terrível são o pânico primitivo, a loucura, a dor, a morte – e o heroísmo. (...) Alex Polari viveu essa situação-limite até seu limite máximo, e sobre ela compôs, com seu livro, um depoimento exemplar, de valor universal. O texto de *Em busca do tesouro* se organiza a partir das sessões de tortura a que foi submetido o herói guerrilheiro. A tortura é o eixo terrível em torno do qual as lembranças de todo o tipo se constelam. No pau-de-arara, chutado e cuspidor, recebendo choques elétricos nos genitais, no ânus, na língua, em toda parte do corpo, Alex Polari passou sua vida a limpo e a resgatou nos seus mais mínimos pormenores. (PELLEGRINO, 1982, p. 15-16)

Este artigo, como se percebe, tem não apenas o objetivo de analisar a obra memorialística de sobreviventes torturados pela ditadura militar brasileira, mas também o de apontar como tais práticas brutais já foram suficientemente relatadas e abordadas por projetos coletivos de pesquisa assentados, não em opiniões subjetivas, mas em depoimentos dos próprios envolvidos, colhidos, por exemplo, diretamente dos processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 (data do golpe liderado pelo general Olympio Mourão Filho) e março de 1979 (alguns meses antes da Anistia aos presos políticos, concedida em agosto desse mesmo ano), conforme se lerá no item a seguir, no qual contextualizarei, antes de passar efetivamente à análise dos episódios autobiográficos, aspectos envolvendo a prática da tortura, tais como os tipos de flagelo imposto e suas principais vítimas.

Tortura: nunca mais?

Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.

Pierre Nora

As informações mencionadas no último parágrafo da Introdução se referem ao Projeto intitulado “Brasil: nunca mais”, coordenado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e desenvolvido entre agosto de 1979 e março de 1985 (ano da publicação em livro dos resultados da pesquisa), sintetizado pelo cardeal, em sua Apresentação, como sendo a “(...) reportagem sobre uma investigação no campo dos direitos humanos” (1986, p. 21). Extremamente audacioso, uma vez que foi realizado durante o período final da ditadura, sob o governo do último presidente militar, o general João Batista Figueiredo (1979-1985), o projeto envolveu dezenas de pesquisadores e centenas de horas de pesquisa em arquivos e nos processos da Justiça Militar². Adaptado (e reduzido) para o formato de livro, neste o Prefácio coube ao suíço Philip Potter, ex-secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que ressalta os apelos feitos, na época, às autoridades brasileiras, no sentido de interromperem as torturas de presos políticos, denunciadas ao CMI (1986, p. 15-21). A solicitação, ignorada pelos militares, baseava-se não na Constituição brasileira ou em algum outro documento oficial vigente no país, mas simplesmente no Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (citado em ARNS, 1986, p. 34).

Classificado por Potter como “(...) o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana” (1986, p. 17), os diversos tipos de tortura ocorridos durante o regime militar são objetivamente descritos e dissecados ao longo das seis partes que compõem o livro, a começar pela denúncia de que os presos políticos serviam de “cobaias” para “aulas de tortura” ocorridas nas dependências do Quartel da Polícia do Exército, situado, como vimos, à Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro (1986, p. 31-33). Segundo o estudo, as arbitrariedades cometidas eram motivo de orgulho: “Os torturadores não apenas se gabavam de sua sofisticada tecnologia da dor, mas também alardeavam estar em condições de exportá-la ao sistema repressivo de outros países (...)” (1986, p. 33). Álvaro Caldas se refere ao

Quartel como um local onde as eventuais visitas, com o olhar deturpado de quem vê “de fora” e não sabe exatamente o que se passa nos “porões”, custavam a acreditar que era ali que ocorria a “(...) aplicação da tortura como método institucionalizado de repressão” (1981, p. 66).

O levantamento, realizado pelo projeto coordenado por Arns, concluiu terem sido adotados, indistintamente, mais de cem tipos diferentes de tortura física ou psicológica. Digo “indistintamente” porque, além dos militantes e resistentes de ambos os sexos, os militares também torturaram familiares idosos, gestantes e crianças no intuito de deles extrair informações para a captura do acusado ou suspeito.³

Dentre os mais recorrentes tipos de tortura, são referidos, por exemplo: o choque elétrico, utilizado com fios de cobre de telefone, aplicados sobretudo no ouvido, língua, dentes, dedos e órgãos sexuais (1986, p. 35); o “afogamento”, isto é, a introdução de um jato de água na boca ou nas narinas logo após uma descarga de choque (1986, p. 36), bem como uma variação mais dolorosa: o “banho chinês”, que consistia na imersão do rosto do torturado num tambor de gasolina cheio de água (1986, p. 42); a “geladeira”, dentro da qual os presos eram colocados nus, durante dias, ouvindo sons de gritos, num ambiente de temperaturas baixíssimas e de dimensões reduzidas, com portas e paredes pintadas de preto (1986, p. 37-38); produtos químicos (ácido espalhado pelo corpo, éter nos olhos, soros para levar à sonolência – utilizados em Alex Polari, conforme se verá no item seguinte (1986, p. 39-40); introdução de animais como cobras, cães e jacarés na cela do torturado e/ou insetos como baratas nos órgãos íntimos de homens e mulheres (1986, p. 39), além de inúmeras outras formas de castigo físico.

De todos os tipos de tortura, o mais comum era o chamado “pau-de-arara”, uma estrutura metálica com uma barra de ferro ao centro, em que se atravessavam os punhos amarrados e a dobra do joelho do torturado (1986, p. 34-35). Em *O que é tortura?* (1984), Glauco Mattoso chama a atenção para a peculiaridade desse instrumento, detalhe que aumenta ainda mais a aflição do seviciado.

No pau-de-arara o torturado vê as coisas de cabeça para baixo. Para ele tudo é inverso em relação ao torturador, a começar pela posição. Se o carrasco pode ter sido previamente doutrinado, do ponto de vista da vítima a prática vem antes da teoria. (...) A tortura é antes de tudo um choque, uma surpresa.

Por mais que você pense estar preparado para uma situação dessas, vai

estranhar logo de cara o ambiente. Para que o ambiente seja estranho ao máximo, é preciso que não saiba exatamente onde está. Daí o primeiro fator comum à maioria dos depoimentos: o olho vendado. Às vezes até durante a sessão, às vezes só até chegar à oficina. Uma máscara já dá pra desorientar, mas um capuz é mais usado (de fato, é raro ver um capuz novo), geralmente complementado pela manietação. (MATTOSO, 1984, p. 11-12)

A prática dos militares de torturarem a vítima encapuzada pode ser acompanhada ao longo da leitura das memórias de Álvaro Caldas, sugestivamente intituladas *Tirando o capuz* (1981)⁴. Jornalista (trabalhava, à época, no *Jornal dos Sports*) e militante do PCBR, Caldas também evoca o pau-de-arara, do qual foi vítima constante: “(...) dos choques eu passei para o pau-de-arara, amarrado e dependurado, sentindo o corpo estremecer e as dores aumentarem, dores que se fixavam nos punhos e nos tornozelos” (1981, p. 71).

No relato de Alex Polari, capuz e pau-de-arara também estão lubremente associados:

Pelo capuz eu via as silhuetas. Sabia quem era que se aproximava por uma soma de cores escuras e pelo timbre das vozes. Pelo barulho misturado aos cochichos nos pequenos intervalos, adivinhava qual o tipo de tortura que viria a seguir. Assim é que um cano de ferro rolando no chão significava que iriam me pendurar no pau de arara; barulho de água no balde e o roçar de tubos de borracha queriam dizer que as sessões seriam de afogamento. A convicção de que haveria choques era mais ou menos permanente, pois ele as combinava com todas as outras modalidades de tortura. (POLARI, 1982, p. 132)

Todas essas práticas brutais tinham (e têm, caso ainda sejam eventualmente aplicadas), na opinião de Hélio Pellegrino, uma função primordial: promover uma cisão profunda entre corpo e mente, a ponto de o torturado revelar ou até mesmo inventar detalhes sobre o que se questiona durante as sessões de tortura. Vale a pena acompanharmos o raciocínio desse especialista em traumas psicológicos:

(...) a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre corpo e mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre corpo e mente. Através da tortura, o corpo se torna nosso inimigo, e nos persegue. É este

o modelo básico no qual se apoia a ação de qualquer torturador. O corpo é a nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo. Ao mesmo tempo que a habitamos, suas vigas, paredes, tubulações e aposentos fazem parte de nós, e nos constituem. Sem um mínimo de solidariedade do corpo próprio para conosco, ficamos não apenas desabrigados, expostos a um duro e frio relento, mas literalmente sem chão, sem apoio elementar, entregues às ansiedades inconscientes mais primitivas. (...) A tortura destrói a totalidade constituída por corpo e mente, ao mesmo tempo que joga o corpo contra nós, sob forma de um adversário do qual não podemos fugir, a não ser pela morte. A tortura transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo –, em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Esta é a monstruosa subversão pretendida pela tortura. Ela nos racha ao meio e, no centro desta esquizofrenia, produzida em dor e sangue, crava a sua bandeira de desintegração, terror e discórdia. (PELLEGRINO, 1982, p. 12-13)

O método cruel de cindir corpo e mente, em muitos casos, deu resultados. Sob forte tensão e sensações extremas de pânico, militantes entregaram companheiros, “pontos” e “aparelhos”⁵. O exemplo mais radical é o do próprio Alex Polari, dopado com pentatol (ou “pentotal”) sódico, também conhecido como o “soro da verdade”, como se verá a seguir.

“Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica”

No capítulo “A morte de Stuart (Sonata pentatol para cordas de força e duas cellas)” (1982, p. 163-202), Polari rompe o silêncio para esclarecer de que maneira foi induzido, através da confusão mental ocasionada pelos efeitos do soro, a entregar o local onde se encontraria com Stuart Edgar Angel Jones, à época, dirigente do MR-8 e procurado, assim como o ex-capitão Carlos Lamarca, pelo envolvimento no sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. O estado físico e mental de Polari após a administração nele do “soro da verdade” era tão lastimável que até mesmo as sentinelas do presídio se apiedaram de sua situação:

(...) tentei me levantar. A portinhola continuou aberta. O outro sentinela ainda tentou dissuadir o amigo a me prestar esse favor [de lhe oferecer um copo de água]: lembrou que era proibido conversar com os presos. Constatei que nenhum membro me obedecia. Parecia paralítico: era como se todos os meus pontos nervosos tivessem sido desligados do fio que os ligava ao

cérebro. O soldado com seu AR-15 já estendia a mão com a caneca d'água. Eu parecia uma barata virada sobre o casco, sem conseguir dar a volta. A muito custo, apoiando-me na parede me ergui. Aos tropeções cheguei até a caneca estendida. O sentinela deu um passo atrás com uma careta. O asco substituiu a piedade. Bebi, pedi mais, bebi de novo. A portinhola se bateu. “Coitado”, ainda ouvi eles falarem. Perambulei ricocheteando pelas paredes da cela. Meu corpo era uma única placa roxa salpicada de algumas feridas avermelhadas. A parede e o chão ficaram manchados de sangue. (POLARI, 1982, p. 175)

Diante da narração impactante de tal trágico “espetáculo”, dolorosamente revivido através da catarse memorialística que representa a quebra de seu silêncio, o leitor, igualmente impactado, percebe resignado o que virá em seguida: Polari, em frangalhos, usado como armadilha para a captura e prisão de Stuart Angel (1982, p. 182); os dois sendo levados para o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), na Base Aérea do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro (1982, p. 193), que, sadicamente, os militares apelidaram de “Paraíso” e onde, para seu profundo desespero, Polari ouve o companheiro sendo torturado: “Desci com eles. Abriam uma porta. Pelo bafo refrigerado e pelos gritos que vinham de dentro, era a sala em que eu fora torturado na véspera. Os gritos eram de Stuart” (1982, p. 183); os dois sendo torturados lado a lado: “Fui torturado durante algum tempo ao lado de Stuart. Ele gritava baixinho. Na saída, uma sessão de coronhadas reabriu velhas feridas. Parecidas com as que a presença de Stuart ali, ao meu lado, reabriria no meu coração e no meu orgulho” (1982, p. 184); e, por fim, para completar a tragédia e seu desmoraonamento psíquico, Polari, ao se ver envolvido em um “teatro” para justificar, perante a opinião pública e a mídia (brasileira e americana), o “desaparecimento” de Stuart Angel, reconhece a farsa e deduz que o companheiro está morto.

A farsa é criada com o intuito de dar veracidade à versão de que Stuart se tornara “desaparecido político”. Preso, torturado e morto no mesmo dia, como Polari pôde deduzir através de gritos e ruídos no pátio do CISA, os responsáveis pela morte de seu companheiro forjaram álbis e testemunhas para fazerem acreditar que se tratava do “homem errado” e que Stuart continuava foragido. Conta Polari em seu triste relato:

Começaram a me dar porrada enquanto me xingavam. Um deles me perguntava pelo Stuart, enquanto golpeava meus rins. Na hora não entendi. Aí tiraram o meu capuz. Tinha um cara de capuz na sala junto de um homem. De relance vi o capitão Lúcio Barroso, o “Dr. Celso” e o sempre presente subtenente Abílio Alcântara, o “Dr. Paschoal”. Eles tiraram o capuz do rapaz. Ele tinha a estatura, o corpo e traços que até sugeriam o de Stuart. Mas cabelos raspados que nem reco e os olhos marrom claro. Os de Stuart eram azulados. Tava na cara que era um soldado que eles tinham escolhido para representar esse papel. (...) – Olha aí quem é esse cara que caiu no ponto que você disse que era do Stuart. (...) – Não sei – respondi eu, confuso. (...) Voltaram a me bater. (...) – Queremos o Stuart. Cadê o “Paulo” etc. (...) Fui levado para a cela. Quando sentei no chão e olhei pela grade aquele lindo céu de maio, foi que compreendi tudo aquilo que me recusava a suspeitar desde aquela madrugada em que ouvira Stuart pedir “água” e dizer “vou morrer”. (...) Ele morrerá, é claro. Naquela mesma noite. Pelas torturas e pela inalação dos gases tóxicos do carro durante boa parte da tarde. Também tinha sido arrastado pelo pátio preso à mesma viatura. Possivelmente tivera a pele toda esfolada. (...) Quis chorar, gritar, não consegui. Ainda levaria muitos meses até conseguir. (POLARI, 1982, p. 197-198)⁷

O longo trecho acima esclarece muitas dúvidas, a começar pela maior e mais importante: trata-se do depoimento de uma testemunha do assassinato de alguém que, até os dias de hoje, é dado como desaparecido⁸. Entendamos primeiramente a cronologia dos fatos: Alex Polari e Stuart Angel foram presos e torturados em maio de 1971, logo após o fim do sequestro do embaixador suíço. O segundo, como se lê no fragmento acima, morreu no transcorrer de menos de vinte e quatro horas após sua prisão (em 14 de maio de 1971); o primeiro, a testemunha, continuou preso até 1980. *Em busca do tesouro* foi escrito entre agosto e outubro de 1981 e publicado em 1982.

Portanto, se ele levou meses para conseguir chorar e gritar a morte de Stuart Angel, levaria praticamente dez anos para romper o silêncio e escrever sobre tudo isso, naquele que talvez seja o livro de memórias mais catártico da literatura brasileira, pois a narração assume a dolorosa necessidade de expurgar todas as feridas – as físicas, causadas pela tortura, e as psicológicas, pelo drama da delação induzida, da traição ao companheiro, do testemunho de um crime, da impotência de reagir.

O fato de Polari ter sobrevivido, ficado preso até 1980 e ter rompido o silêncio apenas nessa ocasião explica não somente a versão do

desaparecimento (sustentada sobretudo durante a década de 1970), mas também o motivo pelo qual ele não conseguiu confirmar a morte do companheiro à estilista Zuleika Angel Jones (conhecida como Zuzu Angel), mãe de Stuart, que movera uma verdadeira cruzada, através de desfiles de moda e de dossiês entregues a autoridades norte-americanas, no intuito de localizar o corpo do filho. Não houve tempo para Alex Polari confirmar a dolorosa notícia pressentida por Zuzu: em 14 de abril de 1976, a estilista morre em um acidente de carro, na Estrada da Gávea, no Rio de Janeiro. Em 1998, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconhece como tendo sido o governo militar o responsável pelo acidente, uma vez que testemunhas comprovaram ter visto o veículo de Zuzu Angel sendo fechado por outro automóvel e sido arremessado, para fora da pista, a uma altura de cinco metros⁹.

As memórias de Alex Polari foram redigidas no segundo semestre de 1980, porém, em 1978, ainda na prisão, o ex-guerrilheiro já “ousara” falar sobre o assunto no volume de poemas sugestivamente intitulado *Inventário de cicatrizes*, publicado em parceria pela Global Editora e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. O livro inteiro tematiza a ditadura e a tortura, com versos de forte apelo e denúncia das barbaridades cometidas. Há poemas sobre o engajamento dos jovens de sua geração, sobretudo “Dia da partida” que se inicia pelos versos: “Aí eu virei para mamãe / naquele fatídico outubro de 1969 / e com dezenove anos na cara / uma mala na mão e um 38 no sovaco, / disse: Velha, / a barra pesou, saiba que te gosto / mas que estás por fora / da situação. Não estou mais nessa / de passeata, grupo de estudo e panfletinho / tou assaltando banco, sacumé? / Esses trecos da pesada / que sai nos jornais todos os dias” (POLARI, 1979, p. 16); e “Idílica Estudantil – III”: “Nossa geração teve pouco tempo / começou pelo fim / mas foi bela nossa procura / ah! moça, como foi bela a nossa procura / mesmo com tanta ilusão perdida / quebrada, / mesmo com tanto caco de sonho / onde até hoje / a gente se corta” (POLARI, 1979, p. 18).

Os poemas mais catárticos são, obviamente, aqueles relacionados à evocação das sessões de tortura e à morte de Stuart Angel que, como se vê, antecipam os terríveis episódios confessados alguns anos depois no livro de memórias. Refiro-me a “Os primeiros tempos da tortura” (1979, p. 33); “Cemitério de desaparecidos” (p. 50); “Canção do pentotal” (p. 37); e “Canção para ‘Paulo’ (À Stuart Angel)” (p. 36). Os versos são de um realismo

impressionante, ainda mais se consideradas as condições do autor no momento da escritura: em 1978, antes, portanto, da Lei da Anistia (nº 6.683, de 28/08/1979), e após cumprir sete anos de prisão de um total de setenta e quatro (74) a que fora condenado pelos tribunais militares de exceção, pena “perdoada” após o decreto da Anistia a “todos quantos cometeram crimes políticos entre 2/9/1961 e 15/8/1979”. O poema “Os primeiros tempos da tortura” se inicia da seguinte forma, direta e crua, sem falsas retóricas:

Não era mole aqueles dias / de percorrer de capuz / a distância da cela / à câmara de tortura / e nela ser capaz de dar urros / tão feios como nunca ouvi. (...) Havia dias que as piruetas no pau-de-arara / pareciam ridículas e humilhantes / e nus, ainda éramos capazes de corar / ante as piadas sádicas dos carrascos. (POLARI, 1979, p. 33)

Em “Cemitério de desaparecidos”, a primeira insinuação mais incisiva de que Stuart e outros desaparecidos haviam sido atirados ao mar do Rio de Janeiro do alto de helicópteros:

Fala-se à boca miúda / nos corredores do Cisa, / Cenimar e Doi / que a Vanguarda Popular Celestial / (como eles denominam o local que os / guerrilheiros vão depois de mortos) / está sediada em algum ponto da Restinga de Marambaia. / É lá que os corpos dos militantes presos / são jogados à noite de helicóptero: / descrevem uma parábola no ar / abrem uma fenda branca na espuma / se aprofundam e adormecem / sem vingança possível. (POLARI, 1979, p. 50)

Já a “Canção do pentotal” demonstra o quanto, após tanto tempo, ainda era difícil abordar o assunto, do qual o poeta se reaproxima aos poucos: “Quando me injetaram o soro da verdade / menti descaradamente / fui ficando meio grogue / me lembrei do primeiro amor que fizemos / depois de uma reunião do grupo de estudos (...)” (POLARI, 1979, p. 37). Nada que se compare à homenagem extremamente lírica prestada ao companheiro morto, misto de tristeza, inconformismo e exaltação da bravura de “Paulo”, codinome adotado por Stuart na clandestinidade:

Eles costuraram tua boca / com o silêncio / e trespassaram teu corpo / com uma corrente. / Eles te arrastaram em um carro / e te encheram de gases, /

eles cobriram teus gritos / com chacoetas. // (...) Um sentido totalmente diferente de existir / se descobre ali, / naquela sala. / Um sentido totalmente diferente de morrer / se morre ali, / naquela vala. // Eles queimaram nossa carne com os fios / e ligaram nosso destino à mesma eletricidade. / Igualmente vimos nossos rostos invertidos / e eu testemunhei quando levaram teu corpo / envolto em um tapete. (POLARI, 1979, p. 36)

Além do poema acima, Polari cita o companheiro na dedicatória de *Inventário de cicatrizes*, dentre outros mortos, desaparecidos ou exilados: “A todos os companheiros, livres, na clandestinidade, nas prisões e no exílio. (...) Especialmente em homenagem de: *Stuart Edgar Angel Jones*, assassinado na tortura” (1979, p. 7; ênfase do autor). Caso tivessem dado crédito, na época, ao testemunho de Alex Polari, Stuart Angel teria constado em outra lista, e não na de desaparecidos políticos, como vimos relatado no Anexo incluído em *Brasil: nunca mais*. Esse mesmo volume traz, como penúltimo capítulo, um levantamento intitulado “Mortos sob tortura” (1986, p. 247-259), no quais estão presentes, dentre outros, os nomes de Chael Charles Schreier e de Wladimir Herzog, mas não o de Stuart Angel, oficialmente considerado “desaparecido” desde 1971.

Além de Stuart Angel, Schreier, Herzog e muitos outros, até mesmo líderes de organizações clandestinas não envolvidas diretamente com o sequestro de embaixadores, tais como Mário Alves, dirigente do PCBR, também pereceram dessa maneira, conforme atesta Álvaro Caldas em *Tirando o capuz*, ao falar de sua relação com outro resistente, Apolônio de Carvalho, comunista desde os tempos de Getúlio Vargas:

Naqueles primeiros dias em que os laços de afinidade e afeição ainda estavam para ser atados, concentrei meus sentimentos na observação do Apolônio de Carvalho, acompanhando à distância os movimentos daquele homem de cabelos brancos e porte ereto. Ele e Mário Alves, morto na tortura [empalado com um cabo de vassoura], eram os dois nomes de maior expressão política na direção central do PCBR, ambos formados na velha escola do Partidão, com o qual romperam em 67, decidindo-se pela luta armada. (CALDAS, 1981, p. 127)

Stuart Angel, Wladimir Herzog e Mário Alves mortos sob tortura. Carlos Lamarca executado no sertão da Bahia e Marighella na Alameda Casa Branca (SP). Guerrilheiros julgados, executados e “condenados”.

Afirma Beatriz Sarlo: “Os ‘condenados’ já não podem falar e esse silêncio imposto pelo assassinato torna incompleto o testemunho dos ‘sobreviventes” (2007, p. 34-35). Sabemos que, como ensinava Marighella, “os mortos não fazem autocrítica”, porém, mesmo “incompletos” ou parciais, o testemunho de sobreviventes presos e torturados como Alex Polari e Álvaro Caldas, ou exilados não torturados como Fernando Gabeira (*O que é isso, companheiro?*, 1979, 1ª edição) e Alfredo Sirkis (*Os carbonários*, 1981, 1ª edição), são cruciais para (tentarmos) entender os pontos de vista confluentes e conflitantes daqueles que pagaram com a vida a luta por uma causa já, à época, praticamente perdida, conforme vieram a admitir décadas depois os “sobreviventes”.

O relato desses “sobreviventes” não substitui a voz dos “condenados”, mas tem o direito de fantasiar o que estariam fazendo ou dizendo, como o faz Alex Polari a determinada altura de suas memórias, ao evocar a força da liderança de Lamarca: “Lamarca era uma figura incrível. Sempre imagino o que diria ele hoje [1981], como se posicionaria, caso tivesse conseguido a difícil proeza de ter sobrevivido. Tinha também uma ingenuidade, difícil de localizar, que era sua força e sua fraqueza” (POLARI, 1982, p. 230-231). Para Beatriz Sarlo,

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. (2007, p. 24-25)

No item seguinte, veremos de que forma a “narração da experiência”, tão atrelada, no caso dos memorialistas analisados neste artigo, ao “corpo” (tortura) e à “voz” (que, muitos anos depois, narra o que antes era silêncio, trauma ou esquecimento forçado), de que forma, dizia, o discurso memorialístico se manifesta como uma tentativa de, a partir da evocação da “presença real do sujeito na cena do passado”, ressignificar o “aspecto mudo da experiência” e transformá-lo em confissão que cumpra simultânea e espetacularmente o papel de ser, como afirmou Pellegrino sobre as recordações de Polari, um depoimento pessoal “exemplar” e de “valor universal” (1982, p. 16), de alguém cuja resistência “(...) frente à tortura é um valor dele, pessoal e intransferível e, ao mesmo tempo, pertence ao patrimônio cívico da nação brasileira” (POLARI, 1982, p. 17).

Esquecer para viver, lembrar para escrever

Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas.

Benedict Anderson

Andreas Huyssen inicia o volume *Seduzidos pela memória* através da seguinte afirmação:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX. (HUYSSSEN, 2000, p. 9)¹⁰

Para o estudioso, “Os discursos da memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto” (HUYSSSEN, 2000, p. 10-11). Tal atração pelo passado, ou melhor, por entender e curar as feridas do passado se tornou, segundo Huyssen, uma preocupação constante dos intelectuais do século XX, sobretudo levando-se em consideração os horrores das duas guerras mundiais e a necessidade de reconstrução da Europa e do surgimento de uma nova “consciência” em “circunstâncias históricas específicas”, como muito bem observou Benedict Anderson. Dessas “amnésias típicas” nasceram e nascem “as narrativas”, sejam sobre o Holocausto, sejam sobre as ditaduras militares da América do Sul.

Beatriz Sarlo enxerga um paralelo entre esses dois trágicos desencadeadores de discursos memorialísticos:

Num desses acasos que potencializam fatos significativos e não podem ser ignorados, as transições democráticas no sul da América coincidiram com um novo impulso da produção intelectual e da discussão ideológica européia. Os dois debates se entrelaçaram de modo inevitável, em especial porque o

Holocausto se oferece como modelo de outros crimes e isso é aceito por quem está mais preocupado em denunciar a enormidade do terrorismo de Estado do que em definir seus traços nacionais específicos. (SARLO, 2007, p. 46)¹¹

Sendo ambos os “debates” oriundos de traumas de sobreviventes de guerra ou de torturas que, anos ou décadas depois, materializaram-se na forma de narrativas memorialísticas, são perfeitamente compreensíveis tanto a tentativa de esquecimento quanto o silêncio gerado pela longa convivência com “lembranças traumatizantes”, lembranças que, no dizer de Michael Pollak, “(...) esperam o momento propício para serem expressas”, uma vez que “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (1989, p. 5).

Para Leonor Arfuch,

A dialética entre memória e esquecimento, que marca, de Bergson a Proust, um fascinante percurso filosófico e literário, constitui uma dimensão social e existencial complexa, que vai além de uma escolha voluntária entre calar ou dizer ou de um esquecimento produzido pela acumulação do tempo e da experiência. (2010, p. 268)¹²

O silêncio é profundo, mas o esquecimento não é total, a recordação traumática persiste, é recorrente, intermitente, para quem, como Flávio Tavares, viveu na prática aquilo sobre o qual Sarlo, Arfuch e Pollak teorizam, na esteira de Proust e Freud. E é o memorialista quem responde, trinta anos depois: “Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente” (TAVARES, 1999, p. 13). E conclui, no último capítulo de suas *Memórias do esquecimento*, intitulado “De tudo o que passou”: “Agora que chego ao fim, pergunto-me o que me angustiou mais: ter vivido o que vivi ou ter lembrado, aqui, tudo o que quis esquecer?” (1999, p. 263).

Michael Pollak insiste no fato de que “(...) o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (1989, p. 6). É exatamente o caso de Flávio Tavares, que se dirige, na Introdução, a sua “amada”¹³, com a finalidade de, tendo encontrado uma “escuta”, encontrar também um

motivo (a vida a reconstruir, família a compor) para contar tudo o que passou. Mesmo assim, a dúvida e o paradoxo persistem, atormentando-o:

Os beijos que te dou tu não sabes de onde vêm. São teus, do teu corpo e da tua alma, do mais profundo de ti, sim, mas vêm daquele meu ego morto que só contigo renasceu. Pouco me ri e muito mais sofri nesse tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adieci o que iria escrever ontem. (TAVARES, 1999, p. 11)

A relação entre memória e esquecimento é realmente complexa e pode ser explicada de diversas maneiras. Alex Polari e Álvaro Caldas evocaram os terríveis acontecimentos dez anos depois de tê-los vivido. Flávio Tavares, trinta. Antes de pensarmos o fenômeno do ponto de vista coletivo e social, envolvendo “discursos oficiais” vs. “discursos de resistência” de toda uma geração que viveu intensa e profundamente as principais mudanças políticas do século XX, é preciso considerar que, sob o enfoque da Medicina e da Neurologia, conforme aponta Iván Izquierdo em *A arte de esquecer: cérebro, memória e esquecimento* (2007), o esquecimento é o “aspecto mais notável” da memória, por uma simples razão: ao longo de nossa vida, perdemos muitas de nossas células nervosas, os chamados neurônios, e suas conexões, as sinapses: “Todos perdemos memórias valiosíssimas (...). Não houve arte nenhuma nesses esquecimentos; aconteceram porque assim o quis a vida, que consiste em perder muitos neurônios e sinapses, entre outras coisas. Nessas sinapses e neurônios que se perdem podem residir memórias; e quando aquelas se vão, as memórias vão junto” (IZQUIERDO, 2007, p. 14). Ainda segundo o neurocientista, “A maior parte dos esquecimentos resulta da falta de uso das sinapses” (p. 46).

De acordo com Izquierdo, há quatro formas de esquecimento: duas parciais – a **extinção**; e a **repressão**, que tornam as recordações “(...) menos acessíveis, mas em geral sem perdê-las por completo”; e duas totais, isto é, “perdas reais de informação”, sendo que uma delas atua por “**bloqueio** de sua aquisição, e a outra por **deterioração** e perda de informação, o esquecimento propriamente dito” (IZQUIERDO, 2007, p. 22; ênfase minha).

Na opinião do cientista, “No referente ao escanteio de memórias, à **repressão** ou esquecimento proposital, há muitos exemplos no Brasil e no exterior. Aqui hoje ninguém quer lembrar os porões de nenhuma ditadura

nem das tendências totalitárias de ninguém” (IZQUIERDO, 2007, p. 66; ênfase minha).

Destaco a palavra “repressão” para enfatizar que, a despeito dos esquecimentos individuais e coletivos, indicados por Iván Izquierdo e que certamente ocorrem com mais frequência do que imaginamos (corroborando a tese do neurocientista), parece ser justamente este o caso do tipo de esquecimento ocorrido com ex-guerrilheiros e militantes como Alex Polari, Álvaro Caldas e Flávio Tavares, brutalmente torturados e que, antes de transformar a dor em catarse memorialística, reprimiram ou tentaram reprimir por décadas o que viveram e testemunharam.

Digo “tentaram reprimir” porque as sequelas das torturas físicas e psicológicas se efetivaram, dia após dia, na forma de pesadelos recorrentes por um longo período de tempo, devastando-os psiquicamente, até o rompimento do silêncio através da confissão autobiográfica, pois, como argumenta Pierre Nora, a memória “(...) só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária” (1981, p. 28).

“Legitimidade” obtida a ferro e fogo, após dez anos sonhando, no caso de Polari, com o carrasco gritando “Fala, guerrilheiro filho da puta!” antes de torturá-lo e, no caso de Flávio Tavares, o pesadelo de, durante o mesmo período de tempo, imaginar seu sexo sendo “desencaixado” e “encaixado” novamente em seu corpo. Leia-se abaixo os dois depoimentos, ambos impressionantes confissões do poder devastador da tortura, física e psicológica, que acompanha o “sobrevivente” por muitos anos.

– Fala, guerrilheiro filho da puta! (...) Acordei com um travo na boca, uma sensação de angústia. Essa ordem, velha conhecida minha, ainda repercutia no meu ouvido. Fragmentos de minhas teorias reapareceram de imediato. Quem seria? Eduardo Norminha? Marreco? O subtenente Alcântara? O capitão Barroso? Preparei-me para respirar fundo e me agarrar a alguma idéia. Elas passavam numa velocidade tamanha que não pude retê-las. “Fala, guerrilheiro”. Descobri que estava de bruços. Virei sem entender nada... ah sim, eu adormecera e tinha sonhado com a frase. (POLARI, 1982, p. 28)

Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre igual, com pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre. (TAVARES, 1999, p. 15)

O pesadelo diário de Tavares não é fruto de sua imaginação – por cerca de um mês (agosto de 1969, antes de ser incluído na lista dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick, em sequestro narrado por Gabeira em *O que é isso, companheiro?*), ele recebeu frequentemente choques nos dedos, orelhas, gengiva e pênis. Os exemplos, em suas memórias, são recorrentes, e o leitor precisa de uma boa dose de sangue frio para acompanhar a narrativa:

Na manivela da máquina de choque elétrico, o major F. girava forte e esbugalhava os olhos, à espera do meu grito. E eu não conseguia gritar. A respiração se cortava, travando a língua. Só uns segundos depois, com a manivela rodando, os fios enrolados nos meus dedos ou nas orelhas, sentia meus gritos, mas quase só eu mesmo me ouvia (...). Gritava como quem se afoga no seco, em uivos curtos, cortados pelo uivo seguinte. Na madrugada, o sargento Thimóteo enrolou-me os fios no meu pênis. Girou girou girou girou a manivela. Eu uivei e caí no chão. Não senti que o meu sexo se despedaçava. Era como se o amputassem sem bisturi e sem anestesia. Talvez num puxão. (TAVARES, 1999, p. 17)

Flávio Tavares argumenta que o choque já era utilizado pela polícia brasileira muito antes de 1964, porém, “o choque elétrico sofisticado (...) com requintes de perversão, só foi usado contra os presos políticos” (1999, p. 34). E que requintes! Na página seguinte, relembra o terror:

Na sala de torturas, o prisioneiro está sempre nu ou seminu (só de cuecas ou calcinhas) e isto, que em si mesmo já é uma humilhação, facilita o requinte maior do choque elétrico: nos homens, amarrar os fios no pênis, e nas mulheres, introduzir o cabo metálico na vagina. E em ambos, como alternativa final, o choque elétrico no ânus. (TAVARES, 1999, p. 35)

Álvaro Caldas e Alex Polari sofreram exatamente a mesma humilhação e confirmam o relato de Tavares. O primeiro: “Pensei que já ia me livrar dos choques, quando ele prende o fio no meu pênis, deixando a outra ponta no dedo da mão. E torna a rodar a manivelinha. Torna a acionar aquela máquina de choque. Desta vez o berro foi mais alto, porque havia toda a sensibilidade de estar levando um choque no pênis” (CALDAS, 1981, p. 65). Em ambos, o temor de que a prática causasse, a longo prazo, “danos irreparáveis” (CALDAS, 1981, p. 172). Polari (1982) é mais direto:

“Comecei a ficar com verdadeiro pavor de meu pau ficar inutilizado com os choques” (POLARI, 1982, p. 129).

Agressões físicas, químicas e sexuais são responsáveis por algumas das mais de cem formas de tortura aplicadas nesse período, aí incluídas as terríveis torturas psicológicas exemplificadas por Glauco Mattoso como, por exemplo, “(...) ameacá-lo de morte e fingir que vão executá-lo; obrigá-lo a ouvir e ver outras pessoas (talvez da sua família) sendo torturadas; mantê-lo em isolamento (...)” (1984, p. 26). A primeira situação ocorreu com Álvaro Caldas e com Flávio Tavares. Caldas no DOI-CODI: “Do outro lado [da sala do centro de operações], colocando-se em minha frente, o tenente Magalhães armou um fuzil automático e apontou em minha direção, simulando um fuzilamento” (1981, p. 112); Flávio Tavares, no Uruguai, após ter sido sequestrado por uma organização paramilitar de direita em pleno aeroporto de Montevidéu. A descrição detalhada da cena de simulação de fuzilamento, no subitem 7 do capítulo XI (“Morrer em terra alheia”) da Segunda Parte (p. 253-254), é aterrorizante, e justifica o silêncio de trinta anos de quem foi torturado física e psicologicamente no Brasil e no Uruguai. Leiamos trechos, a fim de encerrar o item julgando compreender, através da leitura do fragmento, porque para Tavares esquecer “é impossível” e recordar foi tão doloroso quanto viver:

(...) escutei a voz do chefe: - Você vai ser executado! (...) Agarram-me pelo sobretudo, me empurram porta afora e num automóvel, como um pacote, levam-me a um lugar que, até hoje, me dá a sensação de ser próximo ao rio da Prata. (...) As vozes crescem de tom, transformam-se em alarido e eu mal percebo o que gritam. Mandam que eu caminhe. (...) – Caminha, caminha para morrer caminhando! (...) Já estou fora do mundo, mas obedeco. Lentamente caminho e eles começam a disparar. Sinto as rajadas, o ar se desloca ao meu lado, como se as balas raspassem meu sobretudo grosso, suo na noite gelada e úmida, e cada vez caminho mais devagar. Diminuo o passo para não dar a impressão de estar fugindo e lembro que – num lampejo de segundos – raciocinei: “Quando mostrarem meu cadáver, vão ver que eu fui morto pelas costas”. Cada vez a passo mais lento, pensei nos meus filhos e rezei o Pai-Nosso e a Ave-Maria com o convencimento de que estava morrendo ali. E morri. Morri dentro de mim mesmo. (...) Só estranhava que não sentia as balas nem o sangue escorrer e que os disparos não me alvejassem. (TAVARES, 1999, p. 253-254)

Considerações finais

Sem pretender repetir o que foi exposto nos itens anteriores, longe de pensar em fazer o leitor do artigo passar novamente pelas atrocidades comentadas ao longo do texto, tais como os choques elétricos em órgãos sexuais, administrações de soros e outras drogas, simulações de fuzilamento e demais requintes de crueldade, a intenção, nestas Considerações Finais, é apenas a de repercutir (repudiar)? o acontecido e a de dar ressonância a palavras como estas, de Alex Polari, que utilizo em epígrafe, para frisar o “imperativo de sobrevivência” que, inconscientemente, “resistentes” (nos dois sentidos, no de “resistência” ao regime através da luta armada, e no de “resistência” física, emocional e psíquica às torturas) como Flávio Tavares, Álvaro Caldas e o próprio Polari tiveram de buscar por anos a fio, diariamente, definitivamente cindidos entre o sonho de lutar por uma causa e o pesadelo de ser visitado todas as noites pelos fantasmas dos carrascos, a lembrar-lhes sadicamente uma última necessidade: a de não deixar tudo isso morrer de vez e de um dia transformar choque em discurso da memória, golpes no pau-de-arara em uma nova inversão de posição, esta positiva: a evocação das lembranças do “herói guerrilheiro”, que sobrepõe a brutalidade do carrasco pela resistência do corpo e da voz, daí brotando a amarga mas rica experiência de ter presenciado um verdadeiro “congresso dos mutilados de corpo e alma”, “inventário de cicatrizes” (POLARI, 1979, p. 51) de

(...) todos que dormiram no assoalho frio / das câmaras de tortura / todos os que assoaram / os orvalhos de sangue de uma nova era / todos os que ouviram os gritos, vestiram o capuz / todos os que gozaram coitos interrompidos pela morte / todos os que tiveram os testículos triturados / todas as que engravidaram dos próprios algozes / estão marcados / se demitiram do direito da própria felicidade futura. (POLARI, 1979, p. 51)

Os versos acima encerram o poema “Inventário de cicatrizes” e deixam claro que a purgação e redenção totais (a “felicidade futura”, que não rima com “tortura”...) ainda estavam longe de vir, que por muitos anos militantes de ambos os sexos carregariam consigo mutilações físicas e psíquicas praticamente incuráveis, cujo bálsamo inexistente é apenas parcialmente aliviado através da “legitimidade literária” que Pierre Nora concede ao apelo da memória, esta “flor” (com espinhos) que sobrevive mesmo em meio a terríveis “asfaltos” e porões, deixando sequelas, mazelas e assombrosos testemunhos...

Notas

¹ Sigla do Departamento de Operação de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército brasileiro e que funcionava na sede do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, nº 425, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

² Na Argentina também houve um projeto semelhante à iniciativa de Arns – em nota de rodapé à obra *Tempo passado*, de Beatriz Sarlo, esclarece a tradutora Rosa Freire d

³ Aguiar: “Em 1983-4, no governo do presidente Raúl Alfonsín, foi criada a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, presidida pelo escritor Ernesto Sabato. Os resultados da comissão, publicados no livro

Nunca más, levaram ao julgamento dos militares da ditadura” (2007, p. 47).

³ Sobre isso, ver principalmente o capítulo “Tortura em crianças, mulheres e gestantes” (1986, p. 50).

⁴ Além do volume de memórias, Álvaro Caldas publicou um excelente romance, intitulado *Balé da utopia* (1993), cujo enredo gira em torno de um triângulo amoroso entre Santiago, Cristiana e o “bailarino encapuzado”, três guerrilheiros pertencentes à mesma organização. A análise do romance fugiria ao propósito do artigo, focado nas memórias, porém, em todo caso, deve-se ressaltar o quanto a temática do uso do capuz é recorrente na obra de Caldas, seja durante as sessões de tortura (em *Tirando o capuz*), seja como forma de manter o “anonimato” entre companheiros (em *Balé da utopia*).

⁵ Na linguagem dos grupos armados, “ponto” significava um encontro marcado entre dois companheiros a fim de se combinar uma ação, e “aparelho” a casa clandestina onde se refugiavam os guerrilheiros e/ou onde escondiam os embaixadores sequestrados para servirem de “moeda de troca” com os presos políticos.

⁶ Frase atribuída a Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto em 4/11/1969, em São Paulo, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Ver MAGALHÃES, M. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012).

⁷ Na nota 82 incluída em *Os carbonários* (2008, p. 500), Alfredo Sirkis confirma a versão de Alex Polari, sendo até mais direto e objetivo ao denunciar o modo brutal pelo qual o companheiro foi morto: “Stuart Angel Jones – Preso, em maio de 1971, e torturado até a morte pelo brigadeiro Burnier e sua equipe de sádicos, na Base do Galeão. Penso que a extrema violência com métodos pouco usuais, como amarrar seu corpo na traseira de um carro e colocar sua boca no cano de escapamento de um jipe (...) se devesse à suspeita dos torturadores de que ele pudesse conhecer o paradeiro de Lamarca, na medida em que foi [Stuart] quem o recebeu no carro quando este passou de uma organização a outra [da VPR para o MR-8]”.

⁸ Ver em ARNS (1986, p. 293) o nome de Stuart Edgar Angel Jones citado no “Anexo III – Desaparecidos políticos desde 1964” como desaparecido desde 1971. Até hoje sua família não conseguiu localizar o corpo. Presume-se que possa ter sido jogado ao

mar de helicóptero, pois ele foi torturado e morto nas dependências da Aeronáutica. A encenação com o “soldado” descrita por Polari, como se percebe, foi feita com a finalidade de dar crédito à versão do desaparecimento e de “gerar” testemunhas.

⁹ Sobre a história da luta da estilista pelo reconhecimento oficial da morte de Stuart e pela busca de seu corpo, ver o filme *Zuzu Angel* (2006), do diretor Sérgio Rezende, protagonizado por Patrícia Pillar e Daniel de Oliveira.

¹⁰ Em *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea* (2010), a socióloga argentina Leonor Arfuch também chama a atenção para aquilo que ela classifica como “(...) uma espécie de obsessão generalizada na escrita, nas artes plásticas, no cinema, no teatro e no audiovisual pela expressão mais imediata do vivido, do autêntico, do testemunhal” (ARFUCH, 2010, p. 37).

¹¹ Em *O que é isso, companheiro?*, Gabeira também associa o sofrimento dos torturados no DOI-CODI às cenas do Holocausto exibidas em filmes de Hollywood: “Da PE fomos transferidos num grupo para o DOPS. Deixamos atrás alguns companheiros e nos despedimos com tristeza. Era horrível ficar ali, ouvindo diariamente os gritos de tortura, vendo passar a cada instante os torturadores, ou mesmo os prisioneiros que ainda estavam nas solitárias. Esses eram torturados quase que diariamente, perdiam peso e tinham marcas no corpo. Era difícil fugir à imagem do campo de concentração que o cinema nos tinha dado durante todos os anos do pós-guerra” (GABEIRA, 1982, p. 239). As associações não param por aí: o quarto capítulo de *Em busca do tesouro* é intitulado “O rapto da namorada nos jardins da psiquiatria (Gestapo em plena Ilha do Governador)” (POLARI, 1982, p. 127).

¹² Huysen acrescenta outro nome “de peso”, contemporâneo de Bergson e Proust, ao estudo da dialética memória/esquecimento: “(...) Freud já nos ensinou que a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida” (2000, p. 18).

¹³ “E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito te conto. Ouve e lê” (TAVARES, 1999, p. 13).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. Memória e esquecimento. In: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 256-280.

ANDRADE, C. D. Áporo. In: *A rosa do povo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989, p. 49.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARNS, P. E (org.). *Brasil: nunca mais*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CALDAS, A. *Balé da utopia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1993.

CALDAS, A. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?*. 32. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

HUYSSSEN, A. *Seduçidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer: cérebro, memória, esquecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

LEI n° 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 10 nov. 2013.

MAGALHÃES, M. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATIOSO, G. *O que é tortura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1981, p. 9-28.

PELLEGRINO, H. O tesouro encontrado. In: POLARI, A. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, p. 11-23.

POLARI, A. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLARI, A. *Inventário de cicatrizes*. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SIRKIS, A. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

TAVARES, F. *Memórias do esquecimento*. 4 ed. São Paulo: Globo, 1999.

ZUZU ANGEL. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Produção Executiva: Heloisa Rezende. Intérpretes: Patrícia Pillar, Daniel de Oliveira, Luana Piovani, Leandra Leal, Alexandre Borges, Elke Maravilha, Ângela Leal. Roteiro: Sérgio Rezende e Marcos Bernstein. Trilha Sonora: Cristóvão Bastos. Brasil: 2006. 100 min.